

HOSPITAL PÚBLICO REGIONAL DOS CAETÉS (CNPJ 23.453.830/0023-85)									
DEMONSTRAÇÕES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em reais)									
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em reais)					DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS				
Notas			2024	2023	Notas			2024	2023
ATIVO					PAS. E PATR. SOC. CIRCUL.				
Circulante					Fornecedores				
Caixa e equivalentes					8 5.895.995 5.258.304				
de caixa					9 3.548.656 3.187.056				
Contas a receber					10 855.013 815.131				
Estoques					281.068 254.021				
Outros créditos					11 1.041.872 334.974				
Contratos de gestão					12 250.000 171.266				
3m 41.293.271 36.551.013					3m 41.293.271 36.551.013				
Total do Ativo Circulante					Total do Passivo Circulante				
59.140.292 52.984.535					53.165.875 46.571.765				
Não Circulante					Não Circulante				
Imobilizado - Próprio					13 5.136.119 6.582.538				
Imobilizado - Contrato					9.860 9.860				
de Gestão					5.145.979 6.592.398				
Intangível - Contrato					Total do Passivo não Circulante				
de Gestão					7c 65.392 88.404				
Total do Ativo não Circul.					Patrimônio Social				
5.139.801 5.870.929					Patrimônio social				
Total do Ativo					Superávit (déficit) acumulado				
64.280.093 58.855.464					5.968.239 5.691.301				
Total do Passivo e Patr. Social					64.280.093 58.855.464				
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL					DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTE				
Patrimônio Social					2024 2023				
Super. / (Déficit)					Superávit / (Déficit) do Exercício				
Saldos em 31 de dez. de 2022 630.078 5.583.023 6.213.101					276.938 (531.408)				
Incorporação ao Patrimônio Social					Outros resultados				
Transferências					abrangentes				
Superávit / (Déficit) do Exercício					Total Resultado				
Saldos em 31 de dez. de 2023 6.222.709 (531.408) 5.691.301					276.938 (531.408)				
Incorporação ao Patrimônio Social					276.938 (531.408)				
Superávit / (Déficit) do Exercício					276.938 (531.408)				
Saldos em 31 de dez. de 2024 5.691.301 276.938 5.968.239					276.938 (531.408)				
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS					DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO				
ATIVIDADES OPERACIONAIS					2024 2023				
Superávit / (Déficit) do Exercício 276.938 (531.408)					Receitas 93.361.248 89.034.188				
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa					Serviços prestados pacientes SUS 92.614.691 88.169.963				
Depreciação/Amortização					Outras receitas e despesas				
Transferências					(-) Glosas				
Superávit do Exerc. Ajustado 1.054.435 224.900					Insumos adquir. de terc. (73.553.390) (70.992.460)				
(Aumento) / Redução do Ativo					Serviços de terceiros				
Contas a Receber					Materiais e medicamentos				
Estoques					Despesas gerais e administ.				
Outros Créditos					Valor adicionado bruto (1-2) 19.807.858 18.041.728				
Aumento / (Redução) do Passivo					Retenções (777.497) (746.110)				
Fornecedores					Depreciação/amortização				
Obrigações Trabalhistas					Valor adicionado líquido produz. pela entidade (3-4) 19.030.361 17.295.618				
Obrigações Sociais					Valor adic. recebido em transf. 626.471 767.983				
Obrigações Fiscais					Receitas financeiras				
Outras Contas a Pagar					Valor adic. total a distr. (5+6) 19.656.832 18.063.601				
Receitas Diferidas					Distrib. do valor adicionado 19.656.832 18.063.601				
Subvenções para Investimentos					Pessoal e encargos				
FLUXO DE CAIXA GERADO/ (CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE OPERAC. (6.500.518) 1.099.021					Impostos, taxas e contribuições				
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					Despesas financeiras				
Aquisição de Ativo Imob. e Intan.					Superávit / (Déficit) do Exercício				
Baixa de Ativo Imob. e Intangível					adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021.				
FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO PELA ATIV. DE INVESTIMENTO (46.369) (548.629)					2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:				
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					a. Declaração de Conformidade: Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. b. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 10 de março de 2025. c. Base de Mensuração: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.				
FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONS.) PELA ATIV. DE FINANC. 78.734 (20.810)					3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a. Caixa e Equivalentes de Caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b. Estoques: São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c. Imobilizado: i. Reconhecimento e Mensuração: Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente				
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQ. DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (6.468.153) 529.582									
No início do exercício									
No fim do exercício									
Caixa e Eq. de CX no Fim do Per. (6.468.153) 529.582									
NOTAS EXPLICATIVAS									
1. CONTEXTO OPERACIONAL: a. Objetivos Sociais: O Hospital Regional Público dos Caetés (HRPC) está localizado na Avenida Barão de Capanema, nº 3191, Bairro - Centro, Capanema/PA, CEP: 68700-000, e faz parte da rede pública do estado do Pará. Todo atendimento é voltado ao SUS, com a pactuação de indicadores de qualidade e resultados, em regime 24 (vinte e quatro) horas por dia, assegurando assistência universal e gratuita, exclusiva, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS. b. Contrato de Gestão: Considerando o Contrato de Gestão nº T.A. nº 005/SESPA/2022 celebrado entre o Instituto Nacional de Saúde de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH e a Secretaria de Estado de Saúde do Pará - SESP/PA para o Gerenciamento, Operacionalização, Execução de Atividades e Serviços de Saúde a serem desenvolvida no Hospital Regional Público dos Caetés, vigente até 01 de junho de 2025. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:									
Âmbito									
Legislação									
Publicação									
Federal Decreto Federal nº 50.517/61 DOU de 23/12/1970									
Estatual Lei Estadual nº 5.341/1969 DOE de 19/11/1969									
Municipal Lei Municipal nº 416 DOM de 16/08/1967									
Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CGGER/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se									
Continua...									

Continuação...
de receitas com contratos de gestão pública. **i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2024 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **k. Patrimônio Líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **m. Contratos de Gestão:** Em 2023, a Administração do Hospital concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa em espécie	1.200	1.200
Banco conta movimento	16.047	899
Aplicações financ. de liquidez imediata	7.972.290	14.455.591
Total	7.989.537	14.457.690

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a. Imobilizado - Próprio

	AparelhosTelefôn.	Eq. Informática	Instrumentos de Cirurgia	Máquina e Equip.	Total
Em 31 de dezembro de 2023					
Saldo inicial	-	-	-	7.619	7.619
Aquisições	8.792	11.177	-	8.733	28.702
Transferências	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
Depreciação	(1.461)	(2.129)	-	(1.599)	(5.189)
Saldo contábil líquido	7.331	9.048	-	14.753	31.132
Em 31 de dezembro de 2024					
Saldo inicial	7.331	9.048	-	14.753	31.132
Aquisições	-	-	9.930	814	10.744
Transferências	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
Depreciação	(1.759)	(2.235)	(248)	(1.738)	(5.980)
Saldo contábil líquido	5.572	6.813	9.682	13.829	35.896

b. Imobilizado - Contrato de Gestão

	Aparelhos Cir. Med. e	Eq. Cirurg.	Eq. Inform.	Instr. Cirurgia	Máquina e Equip.	Móveis e Utens.	Móveis e Utens. Hosp.	Eq. Pedag.	Total
Em 31 de dez. de 2023									
Saldo inicial	3.128.293	17.020	660.590	315.781	440.858	711.334	654.618	21.472	5.949.966
Aquisições	125.010	-	44.693	182.636	98.268	46.694	22.626	-	519.927
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(330.329)	(3.720)	(143.803)	(45.986)	(50.527)	(74.287)	(67.678)	(2.170)	(718.500)
Saldo contábil líquido	2.922.974	13.300	561.480	452.431	488.599	683.741	609.566	19.302	5.751.393
Em 31 de dezembro de 2024									
Saldo inicial	2.922.974	13.300	561.480	452.431	488.599	683.741	609.566	19.302	5.751.393
Aquisições	25.480	-	3.150	-	12.170	1.780	-	-	42.580
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	(1.540)	(5.415)	-	(6.955)
Depreciação	(338.682)	(3.720)	(149.561)	(50.207)	(56.920)	(77.727)	(69.518)	(2.170)	(748.505)
Saldo contábil líquido	2.609.772	9.580	415.069	402.224	443.849	606.254	534.633	17.132	5.038.513

c. Intangível - Contrato de Gestão

	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2023		
Saldo inicial	111.415	111.415
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Amortização	(23.011)	(23.011)
Saldo contábil líquido	88.404	88.404
Em 31 de dezembro de 2024		
Saldo inicial	88.404	88.404
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Amortização	(23.012)	(23.012)
Saldo contábil líquido	65.392	65.392

8. FORNECEDORES

	2024	2023
Materiais e medicamentos	489.859	447.706
Serviços	1.256.159	1.214.911
Serviços médicos	3.597.191	3.475.634
Diversos	552.786	120.053
Total	5.895.995	5.258.304

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2024	2023
Ordenados e salários a pagar	1.637.181	1.613.043
Provisão férias	1.770.306	1.457.474
Provisões FGTS s/ férias	141.169	116.539
Total	3.548.656	3.187.056

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2024	2023
INSS a recolher	273.462	199.028
FGTS a recolher	271.378	211.590
IRRF s/ folha a recolher	297.985	403.953
Contr. sindical	12.188	560
Total	855.013	815.131

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2024	2023
Adiantamento contrato de Gestão	487.546	-

em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possui vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

5. CONTAS A RECEBER: Referem-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 01/06/2025.

	2024	2023
Contrato de gestão 005/SESPA/2022	8.859.137	962.115
Total	8.859.137	962.115
AgingList	2024	2023
A vencer	-	481.059
Até 30 dias	8.392.104	160.352
De 31 a 60 dias	254.351	160.352
De 61 a 90 dias	123.286	160.352
De 91 a 180 dias	89.396	-
De 181 a 360 dias	-	-
+ de 360 dias	-	-
Total	8.859.137	962.115

6. ESTOQUES

	2024	2023
Drogas e medicamentos	272.631	312.945
Materiais de uso do paciente	382.939	430.420
Fios cirúrgicos	23.648	21.498
Limpeza e higienização	25.395	21.723
Dietas enterais e parenterais	12.782	19.238
Materiais de laboratório	1.418	608
Demaís materiais	116.339	82.284
Total	835.152	888.716

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Serviços de gestão	(2.698.982)	(2.776.066)
Energia elétrica	(2.386.688)	(2.267.564)
Aluguel de máquinas	(1.081.220)	(461.475)
Viagens e hospedagem	(62.122)	(47.197)
Outros	(224.363)	(486.526)
Total	(6.453.375)	(6.038.828)

15. RENÚNCIA FISCAL: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2024	2023
Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT	4.981.872	4.274.745
INSS	4.981.872	4.274.745
COFINS	2.778.046	2.646.646
COFINS	2.778.046	2.646.646
Total	7.759.918	6.921.391

16. COBERTURA DE SEGUROS: Em 2024, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2024	2023
Aplicações financ. de liquidez imediata	7.972.290	14.455.591
Contas a receber	8.859.137	962.115
Total ativos financeiros	16.831.427	15.417.706
Fornecedores	5.895.995	5.258.304
Total passivos financeiros	5.895.995	5.258.304

18. GESTÃO DE RISCOS: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros: **i. Riscos de Liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **ii. Riscos de Crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES: Renovação Contrato de Gestão
Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão 005/SESPA/2022 estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingências nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH, após seu encerramento em 01 de junho de 2025. Renovação CEBAS - INDSH Conforme mencionado na nota explicativa 1 - contexto operacional, a Entidade obteve deferimento para renovação do CEBAS para o triênio de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026 em 12/02/2025, junto ao Ministério da Saúde, constante do processo 25000.175499/2023-33.

Belém - PA, 10 de março de 2025.
Juliano César Botero - Diretor Executivo
CPF. 321.028.148-31
Lienay Teixeira de Macedo Koury - Contadora
CRC/ PA - 021003/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hospital Regional Público dos Caetés Capanema - PA. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Regional Público dos Caetés, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH Hospital Regional Público dos Caetés, em 31 de dezembro de 2024 o desempenho de suas operações e os

Continua...

Continuação ...

seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: **Renovação de contrato de gestão** Conforme descrito nas notas explicativas 1(b) e 19, chamamos a atenção ao fato de que o contrato de gestão do Hospital Regional Público dos Caetés está vigente até 01 de junho de 2025, entretanto, até a emissão desse relatório, a SESPA não havia concretizado processo de renovação junto à Entidade. Estas demonstrações contábeis foram preparadas com o princípio de continuidade, não sendo apurado, reconhecido ou divulgado eventuais provisões para desmobilização ou descontinuidade de operações e eventuais contingências. Chamamos a atenção ao fato de que, como previsto item 2.1.40.5 do contrato de gestão homologado pelo Ente Público, as reservas financeiras destinadas às provisões, incluindo aquelas referentes a rescisões trabalhistas, são mantidas em aplicações financeiras, as quais totalizavam R\$ 4.679.342 em 31 de dezembro de 2024. **Imobilizado de gestão** Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado já existente na unidade e atualmente utilizado nas operações da Entidade, não foi reconhecido nestas demonstrações contábeis, uma vez que a Administração não recebeu documentos e controles suficientes, por parte da SESPA, para realizar tal incorporação. A Administração ressalta que o imobilizado atual e os ativos que forem adquiridos durante a sua gestão, serão integralmente revertidos ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão, portanto, considera que não há efeitos significativos ao patrimônio social para administração operacional do Hospital. **Transações com partes relacionadas** A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo sua sede Administrativa, em operações de pagamento de reembolso de despesas compartilhadas. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos:** Auditoria das demonstra-

ções financeiras do exercício anterior Os valores correspondentes ao balanço patrimonial apurado em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 15 de março de 2024, sem modificações. **Demonstrações do valor adicionado** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentadas como informação suplementar para fins de divulgação, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a

tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de março de 2025.

PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES

CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2

Heitor Piovani - Contador CRC 1SP 331.721/O-6**Protocolo: 1177212**

Flauta de Bambu

2ª Edição



HAROLDO MARANHÃO, um dos maiores nomes das letras brasileiras, volta a ser publicado em sua terra em um gênero de fácil leitura, mas de difícil execução: a crônica. As narrativas que compõem o livro foram escritas nas décadas de 1950 e 1960. As demais constituem material não incluído em "A Estranha Xicara", de 1968, estreia do autor no livro, e "Voo de Galinha", seu terceiro título.

FLAUTA DE BAMBU

2ª Edição

HAROLDO MARANHÃO



**DOCUMENTO
ASSINADO
DIGITALMENTE**

Documento assinado digitalmente com certificado digital emitido sob a Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP-Brasil, instituída através de medida provisória nº. 2.200-2. Autoridade Certificadora emissora: AC Imprensa Oficial SP. A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.ioepa.com.br, segunda-feira, 17 de março de 2025 às 07:46:48.